



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Registro: 2019.0000354168**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1022452-59.2015.8.26.0196, da Comarca de Franca, em que são apelantes CLOVIS SUAVE (JUSTIÇA GRATUITA), NEUSA SUAVE DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), MARIA APARECIDA SUAVE FAUSTINO (JUSTIÇA GRATUITA) e ILSON SUAVE (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado F.C. RENTAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

**ACORDAM**, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 8 de maio de 2019.

**Maria Lúcia Pizzotti**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1022452-59.2015.8.26.0196  
Voto nº 24602

**APELANTES: CLOVIS SUAVE, ILSON SUAVE, NEUSA SUAVE DE OLIVEIRA e MARIA APARECIDA SUAVE FAUSTINO (JUSTIÇA GRATUITA)**

**APELADA: RENTAL LOC. DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.**

**COMARCA: FRANCA**

**AÇÃO INDENIZATÓRIA**

**MAGISTRADA PROLATORA DA SENTENÇA: DRA. ADRIANA GATTO MATINS BONEMER**

**(VH)**

**EMENTA**

**APELAÇÃO — AÇÃO INDENIZATÓRIA — VÍTIMA FATAL — CULPA DO CONDUTOR DO VEÍCULO ONDE SE ENCONTRAVA O FALECIDO — CULPA — AUSÊNCIA**

Provas demonstrando que a colisão ocorreu por culpa do condutor do veículo (ambulância) onde se encontrava o falecido, genitor dos autores. Logo, deve ser reconhecida ausência de culpa do motorista da ré.

**RECURSO IMPROVIDO.**

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. Sentença de fls. 369/372, cujo relatório se adota, que julgou **IMPROCEDENTE** a presente ação indenizatória, condenando os autores ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), salientando o benefício previsto no art. 98, §3º, do CPC.

A D. Magistrada *a quo* concluiu não ter havido culpa do motorista da escavadeira da empresa ré no acidente de trânsito que levou à morte o genitor dos autores. Levou em consideração as provas testemunhais e as fotos do acidente para afirmar que a ambulância foi quem colidiu com a escavadeira — e não o contrário — na parte traseira desta. Ainda, ponderou, com base em laudo pericial, que o trauma decorrente do acidente não foi o fator direto da causa do óbito. Tomando esses elementos de prova em conjunto, decidiu por

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1022452-59.2015.8.26.0196

**Voto nº 24602**

julgar improcedente a demanda, por ausência de culpa do motorista da ré.

Inconformados, os autores interpuuseram recurso de apelação (fls. 375/379).

Alegaram, em síntese, que a culpa do motorista da ré restou comprovada pelo conjunto probatório dos autos, impugnando a avaliação da D. Magistrada *a quo* quanto à dinâmica do acidente. Afora isso, apesar de não ter sido causa direta da morte da vítima, o acidente antecipou-a, de modo que a culpa do motorista deve ser reconhecida.

Houve contrarrazões (fls. 383/387)

**É o relatório.**

**O recurso de apelação não merece provimento.**

Trata-se de ação indenizatória fundada no acidente de trânsito descrito no Boletim de Ocorrência de fls. 16/18, e nos depoimentos de fls. 19/21, concedidos à autoridade policial na data do acidente. Pelo que consta, uma ambulância levava a vítima fatal, Sr. Olavio Suave (82 anos), no banco dianteiro ao lado do motorista da ambulância, Sr. Valdeir Antônio, e a coautora, Sra. Neusa Suave (50 anos), filha da vítima fatal, no banco traseiro ao lado da maca, quando veio a colidir com uma retroescavadeira da empresa ré. Como desfecho, a ambulância tombou, e o Sr. Olavio foi arremessado para fora, sofrendo agravamento de sua enfermidade prévia, e vindo a falecer no hospital Santa Casa de Franca.

Segundo o laudo necrológico (fls. 27/29), a vítima fatal sofria de insuficiência cardíaca congestiva e doença hepática crônica —situação em que “*a manutenção da vida já se torna difícil*” (fls. 29) —, e a causa da morte foi insuficiência respiratória provocada por derrame pleural e edema pulmonar (fls. 29). O I. Perito do IML concluiu que “*os sinais de trauma encontrados isoladamente não explicam o óbito. Há sinais externos, mas não há lesões traumáticas de órgãos internos*” (fls. 29).

As fotos de fls. 82/100 foram tiradas logo após o acidente, e permitem concluir que: (i) a retroescavadeira estava à frente da ambulância; e (ii) os danos na ambulância foram frontais e na lateral esquerda (lado sobre o qual o veículo permaneceu

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1022452-59.2015.8.26.0196

**Voto nº 24602**

suspensão, após tombar).

Para averiguar se a morte possuía nexos causal com o acidente de trânsito, houve produção de prova pericial junto ao IMESC (fls. 222/235). O I. Perito ponderou que:

*“O estado anterior —Insuficiência Cardíaca —estava em grau muito avançado de evolução, **terminal**, que cursa com **alta taxa de mortalidade na ausência de causas de ordem traumática**, podendo-se atribuir o traumatismo como um fator de **aceleração da descompensação do quadro cardíaco** —fator agravante por situações de stress psicológico ou esforço físico”* (fls. 230, destaque nosso).

Seguindo adiante, o I. Perito analisa a natureza da lesão advinda da colisão entre os veículos:

*“Em relação ao evento traumático constata-se trauma de **natureza leve** no crânio, escoriações no dorso, ferimento lacero contuso no braço esquerdo, sem registros no laudo necroscópico de fraturas ou lesões de órgãos internos, que **de modo isolado não justificam o desfecho rápido para o óbito mesmo em indivíduos idosos**.”* (fls. 231, destaque nosso).

Ao final, conclui que:

*“O trauma **não é o fator único, exclusivo, direto da causa do óbito e contribuiu com um dos fatores de aceleração do desfecho fatal**. Periciando de cujus de alto risco de eventos de desfecho desfavorável e expectativa de vida muito reduzida de acordo com diretriz e guideline em função da doença de base”* (fls. 233, destaque nosso)

O motorista da ambulância compareceu à audiência de instrução para dar sua versão sobre os fatos. Afirmou que a vítima estava no banco dianteiro e que não se lembrava quanto à utilização de cinto de segurança pela vítima (2m23s a 2m35s da gravação audiovisual da oitiva da testemunha). Lembrou que já transportou outro paciente sem cinto, inclusive sendo multado por isso (9m49s a 10m01s). Quando questionado sobre a razão do acidente, em sua visão, respondeu *“quando deparei com ela, eu tentei tira num deu né (sic)”* (6m30s a 6m42s). Em momento anterior, afirmou que *“eu entrei, a máquina estava atravessada na pista, eu tentei tirar mas não deu para tirar”* (0m50s a 1m00s).

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1022452-59.2015.8.26.0196

**Voto nº 24602**

O policial militar, Sr. Adriano de Paula Leal, que atendeu à ocorrência, explicou sua versão dos fatos. Em sua análise, quem vinha da Av. Restinga (no caso, a ambulância) praticamente trafegava em linha reta quando “adentrou” na rotatória e colidiu com a retroescavadeira, de modo que se infere haver bom campo de visão (1m45s a 2m00s da gravação audiovisual da oitiva da testemunha).

Houve, ainda, oitiva do engenheiro da empresa ré, Sr. Luis Fernando, que, não presenciou o acidente, porém chegou ao local dos fatos assim que fora informado do ocorrido (0m20s a 0m26s da gravação audiovisual da oitiva da testemunha). Informou que a retroescavadeira iria realizar obras ali na própria rotatória, e, por isso, estava parada próximo a esta (2m34s a 2m40s). **Importante destacar que essa afirmação corrobora com a versão trazida pelo motorista da ambulância.**

Enfim, a partir da análise desses elementos de prova extraídos do conjunto probatório dos autos, pode-se afirmar que a dinâmica foi a seguinte: a ambulância vinha pela Av. Restinga, pela faixa da esquerda, e, ao avistar a retroescavadeira, parada bem próxima à rotatória e com a retroescavadeira traseira atravessada, tentou desviar dela, porém, não obteve êxito, culminando na colisão entre os veículos. Sendo assim, **não vislumbro culpa na conduta do motorista da retroescavadeira**, que estava parada na rotatória (conforme versões dos Srs. Luis Fernando e Valdeir Antônio) quando a ambulância —que detinha boa visão frontal, conforme narrativa do Sr. Adriano de Paula —“ingressou” nela. Digo entre aspas porque a rotatória é praticamente uma continuidade da Av. Restinga, conforme foto de fls. 83 e afirmação do Sr. Adriano de Paula.

As fotos tiradas logo após o acidente reforçam essa conclusão. Nitidamente, as avarias constatadas na ambulância denotam uma tentativa de desvio à direita da retroescavadeira, pois foram todas do lado esquerdo da ambulância e aquela estava na faixa da esquerda.

Afora isso, deve ser pontuado que a vítima fatal não estava utilizando cinto de segurança no momento do acidente, tendo em vista os seguintes indícios: (i) o motorista não se lembrava de tê-la visto utilizando; (ii) já foi multado, em outra oportunidade, por conduzir paciente no banco dianteiro sem o cinto de segurança; e (iii) a vítima foi arremessada para fora da ambulância. **Certamente, trata-se de negligência do condutor do veículo que influenciou diretamente não no acidente de trânsito, mas nos traumas corporais sofridos pela vítima, e, consequentemente, na antecipação de sua morte.**

Desse modo, verifico que não há como condenar a empresa ré por um

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1022452-59.2015.8.26.0196

**Voto nº 24602**

acidente que, ao que tudo indica, ocorreu em razão de negligência do condutor da ambulância.

Para além da análise da culpa do motorista, há que se dirimir a controvérsia sobre o nexo causal entre o acidente de trânsito e a morte da vítima. Lançando luz à questão, foram juntados dois laudos, um produzido pelo IML, concomitante ao acidente, através de análise direta, e outro pelo IMESC, posterior ao acidente e, obviamente, por meio de análise indireta. Ambos concluíram que o trauma decorrente do acidente não foi causa direta da morte, tendo em vista o grave estado de saúde em que se encontrava a vítima fatal. Ressalvaram, contudo, que o acidente teve o condão de antecipá-la.

Logo, **correta a solução dada pela D. Magistrada a quo**, julgando improcedente a ação indenizatória.

Por fim, a r. Sentença deve ser prestigiada por seus próprios e bem lançados fundamentos. Para tanto, valho-me do artigo 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça. Referido dispositivo estabelece que *"nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la"*.

O C. STJ tem prestigiado este entendimento quando predominantemente reconhece *"a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum"* (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel.Min. João Otávio de Noronha, j. de 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. de 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 17.12.2004 e REsp nº 265.534- DF, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j de 1.12.2003).

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de apelação. Por força do art. 85, §11º, do CPC, majoro os honorários advocatícios da ação para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), observado o art. 98, §3º, do CPC.

**Maria Lúcia Pizzotti**  
**Relatora**